

Azul Companhia de Seguros Gerais



Demonstrações financeiras em
30 de junho de 2018
e relatório do auditor independente



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,

Apresentamos o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras da Azul Companhia de Seguros Gerais, com o Relatório dos Auditores Independentes, referentes aos semestres findos em 30 de junho de 2018 e de 2017.

NOSSO DESEMPENHO

- **Prêmios emitidos**

Os prêmios emitidos da Companhia totalizaram no primeiro semestre de 2018 R\$ 1,5 bilhões, aumento de R\$ 163,7 milhões ou 12,1% em relação ao ano anterior.

- **Despesas administrativas**

No primeiro semestre de 2018, o índice de despesas administrativas sobre os prêmios ganhos foi de 9,4%, com redução de 1,3 pontos percentuais em relação ao ano anterior. O modelo adotado pela empresa para gestão de custos e os investimentos realizados para otimização de processos e sistemas estão contribuindo para ganhos de eficiência operacional. Isso faz parte da nossa estratégia, que visa obter ganhos contínuos de produtividade, sem impactar negativamente o nível de serviço para clientes e corretores.

- **Resultado financeiro**

As receitas financeiras totalizaram no primeiro semestre de 2018 R\$ 104,6 milhões, com redução de R\$ 10,3 milhões, ou 8,9% em relação ao primeiro semestre do ano anterior apesar da manutenção da taxa básica de juros (SELIC) em seu menor patamar histórico.

As despesas financeiras totalizaram no primeiro semestre de 2018 R\$ 13,2 milhões, com redução de R\$ 2,0 milhões, ou 13,0% em relação ao primeiro semestre do ano anterior.

- **Índice combinado**

O índice combinado (total de gastos com sinistros retidos, despesas de comercialização, despesas administrativas, despesas com tributos e outras receitas e despesas operacionais sobre prêmios ganhos), no primeiro semestre de 2018 foi de 93,1%, redução de 7,3 pontos percentuais em relação aos 100,4% do primeiro semestre do ano anterior. Esta variação decorre, da redução de 9,3 pontos percentuais no índice de sinistralidade, outras receitas e despesas operacionais e de despesas administrativas, compensado pelo aumento de 2,0 pontos percentuais no índice de despesas com comercialização e despesas com tributos.

O índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro, no primeiro semestre de 2018 foi de 86,7%, redução de 6,1 pontos percentuais em relação aos 92,8% do primeiro semestre do ano anterior.

- **Lucro líquido e por ação e grupamento de ações**

O lucro líquido totalizou no primeiro semestre de 2018 R\$ 106,7 milhões, registrando aumento de R\$ 43,3 milhões ou 68,2% em relação ao primeiro semestre do ano anterior. O lucro por ação foi de R\$ 74.378,66 em 2018 e R\$ 2,45 em 2017.

DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

De acordo com o estatuto, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido ajustado, os quais são determinados por ocasião do encerramento do exercício.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

As iniciativas socioambientais da Companhia têm crescido de forma consistente, permitindo que funcionários e demais públicos da Porto Seguro passem a olhar as atividades e o próprio negócio com o viés da sustentabilidade. Seguindo esse novo modelo de atuação, a sustentabilidade tornou-se integrada e sistêmica, voltada a cada um dos inúmeros produtos e serviços, potencializando assim, a leveza e a gentileza com que a empresa busca atender seus públicos de interesse.

A descrição completa dos projetos socioculturais e ambientais do grupo Porto Seguro está apresentada nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Porto Seguro S.A., divulgadas no site da Companhia (www.portoseguro.com.br/ri) e na edição de 27 de fevereiro de 2018 do jornal O Estado de São Paulo.

AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos corretores e segurados pelo apoio e pela confiança demonstrados, e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades, em especial aos representantes da SUSEP.

Rio de Janeiro, 13 de agosto de 2018.

A Administração

Azul Companhia de Seguros Gerais
Balanços patrimoniais em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017
(em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	Junho de 2018	Dezembro de 2017	Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Junho de 2018	Dezembro de 2017
Circulante		1.560.165	1.931.154	Circulante		1.872.542	1.790.918
Disponível		13.457	22.116	Contas a pagar		116.882	127.832
Caixa e bancos		13.457	22.116	Obrigações a pagar	14.1	39.602	48.728
Equivalentes de caixa	6	11.295	109.317	Impostos e encargos sociais a recolher	14.2	53.810	54.697
Aplicações	7	580.364	844.215	Encargos trabalhistas		4.508	3.348
Créditos das operações com seguros e resseguros		661.000	684.988	Impostos e contribuições		16.517	19.070
Prêmios a receber	8.1	660.569	684.617	Outras contas a pagar		2.445	1.989
Operações com seguradoras		342	342	Débitos de operações com seguros e resseguros		78.060	79.310
Operações com resseguradoras		89	29	Prêmios a restituir		132	145
Outros créditos operacionais		7.722	3.335	Corretores de seguros e resseguros	15	68.668	69.829
Ativos de resseguro - provisões técnicas	17.1	3.679	3.732	Outros débitos operacionais		9.260	9.336
Títulos e créditos a receber		3.318	4.227	Depósitos de terceiros	16	5.766	3.865
Títulos e créditos a receber		2.234	1.298	Provisões técnicas - seguros	17	1.671.834	1.579.911
Créditos tributários e previdenciários		67	2.679	Danos		1.671.149	1.579.156
Outros créditos		1.017	250	Pessoas		685	755
Outros valores e bens	11	32.142	23.059	Não circulante		373.162	364.889
Bens à venda	11.1	31.734	22.582	Contas a pagar		15.171	23.921
Outros valores		408	477	Obrigações a pagar	14.1	2.246	2.076
Despesas antecipadas		2.142	1.789	Tributos diferidos	9.2.2	12.925	21.845
Custos de aquisição diferidos	12	245.046	234.376	Provisões técnicas - seguros	17	286.948	271.232
Seguros		245.046	234.376	Danos		285.004	269.070
Não circulante		1.327.603	978.827	Pessoas		1.944	2.162
Realizável a longo prazo		1.005.456	656.011	Outros débitos		71.043	69.736
Aplicações	7	869.487	518.264	Provisões judiciais	18	71.043	69.736
Outros créditos operacionais		1.148	1.582	Patrimônio líquido	19	642.064	754.174
Títulos e créditos a receber		127.642	127.709	Capital social	19.a	507.475	486.276
Títulos e créditos a receber		209	209	Aumento de capital (em aprovação)		-	21.199
Créditos tributários e previdenciários	9.1	44.561	47.232	Reservas de reavaliação		2.958	3.001
Depósitos judiciais e fiscais	10	78.158	77.166	Reservas de lucros		48.243	229.747
Outros créditos		4.714	3.102	Ajustes de avaliação patrimonial	19.b	3.427	13.951
Outros valores e bens	11	7.072	8.326	Lucros acumulados		79.961	-
Despesas antecipadas		107	130				
Investimentos		8.590	8.709	Total do passivo e patrimônio líquido		2.887.768	2.909.981
Participações societárias		330	351				
Imóveis destinados à renda		8.260	8.358				
Imobilizado	13	298.773	300.536				
Imóveis de uso próprio		290.532	295.406				
Bens móveis		4.528	4.506				
Outras imobilizações		3.713	624				
Intangível		14.784	13.571				
Outros intangíveis		14.784	13.571				
Total ativo		2.887.768	2.909.981				

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Azul Companhia de Seguros Gerais
Demonstrações dos resultados para os semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017
(em milhares de reais, exceto para informações sobre o lucro por ação)

	Nota explicativa	Junho de 2018	Junho de 2017
Prêmios emitidos	20	1.510.806	1.347.131
Variações das provisões técnicas de prêmios	21	(100.881)	(43.106)
Prêmios ganhos	20	1.409.925	1.304.025
Receitas com emissão de apólices		3.733	3.718
Sinistros ocorridos	22	(803.480)	(838.078)
Custos de aquisição	23	(284.904)	(239.410)
Outras receitas e despesas operacionais	24	(58.119)	(63.523)
Resultado com resseguro		(206)	(25)
Despesa com resseguro		(206)	(25)
Despesas administrativas	25	(132.701)	(139.802)
Despesas com tributos	26	(34.222)	(29.279)
Resultado financeiro	27	91.392	99.683
Resultado patrimonial		1.523	1.796
Resultado operacional		192.941	99.105
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		(2)	(45)
Resultado antes dos impostos e participações	9.3	192.939	99.060
Imposto de renda	9.3	(41.891)	(17.224)
Contribuição social	9.3	(31.466)	(12.935)
Participações sobre o lucro		(12.923)	(5.503)
Lucro líquido do semestre		106.659	63.398
Quantidade de ações	19.a	1.434	1.434
Lucro líquido por ação - R\$		74.378,66	44.210,60

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Azul Companhia de Seguros Gerais

Demonstrações dos resultados abrangentes para os semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(em milhares de reais)

	<u>Junho de 2018</u>	<u>Junho de 2017</u>
Lucro líquido do semestre	<u>106.659</u>	<u>63.398</u>
Outros resultados abrangentes	<u>(10.524)</u>	<u>5.895</u>
Ajustes de títulos e valores mobiliários	(19.135)	10.718
Efeitos tributários	8.611	(4.823)
Total dos resultados abrangentes para o semestre, líquido dos efeitos tributários	<u><u>96.135</u></u>	<u><u>69.293</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Azul Companhia de Seguros Gerais

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Aumento de capital (em aprovação)	Reserva de reavaliação	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial/ Outros	Lucros acumulados	Total
Saldos finais em 31 de dezembro de 2016		486.276	-	3.086	215.456	917	-	705.735
Reservas de Reavaliação:								
Realização		-	-	(43)	-	-	43	-
Ajustes de avaliação patrimonial	19.b	-	-	-	-	5.895	-	5.895
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	63.398	63.398
Destinação do lucro líquido do semestre								
Dividendos distribuídos (intermediários) - R\$ 3,48 por ação	19.c	-	-	-	(51.549)	-	(38.451)	(90.000)
Juros sobre capital próprio - aumento de capital - R\$ 0,96 por ação	19.a/c	-	21.199	-	-	-	(24.990)	(3.791)
Saldos finais em 30 de junho de 2017		486.276	21.199	3.043	163.907	6.812	-	681.237
Saldos finais em 31 de dezembro de 2017		486.276	21.199	3.001	229.747	13.951	-	754.174
Aumento de capital:								
Aumento de capital aprovado - Portaria SUSEP/DIORG nº 813 de 12 de março de 2017	19.a	21.199	(21.199)	-	-	-	-	-
Reserva de reavaliação								
Realização parcial por depreciação		-	-	(43)	-	-	43	-
Ajustes de avaliação patrimonial	19.b	-	-	-	-	(10.524)	-	(10.524)
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	106.659	106.659
Destinação do lucro líquido do semestre								
Dividendos distribuídos (intermediários) - R\$ 74,38 por ação	19.c	-	-	-	(181.504)	-	(8.496)	(190.000)
Juros sobre capital próprio - R\$ 12.723,15	19.a/c	-	-	-	-	-	(18.245)	(18.245)
Saldos finais em 30 de junho de 2018		507.475	-	2.958	48.243	3.427	79.961	642.064

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Azul Companhia de Seguros Gerais**Demonstrações dos fluxos de caixa para os semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017****(Em milhares de reais)**

	Junho de 2018	Junho de 2017
Atividades operacionais		
Lucro líquido do semestre	106.659	63.398
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	3.631	2.816
Perda/Reversão de perdas por redução ao valor recuperável dos ativos	970	1.440
Perda/Ganho na alienação de imobilizado e intangível	2	45
Resultado de equivalência patrimonial	20	(2)
Outros ajustes	(10.525)	5.894
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(87.372)	(23.959)
Créditos das operações de seguros e resseguros	23.018	(6.405)
Ativos de resseguro	53	45
Créditos fiscais e previdenciários	3.193	(2.409)
Ativo fiscal diferido	2.090	(2.415)
Depósitos judiciais e fiscais	(992)	19.181
Despesas antecipadas	(330)	1.438
Custos de aquisição diferidos	(10.670)	(1.735)
Outros ativos	(15.097)	3.188
Impostos e contribuições	68.980	40.286
Outras contas a pagar	(17.145)	(22.677)
Débitos de operações com seguros e resseguros	(1.250)	(1.118)
Depósitos de terceiros	1.901	2.021
Provisões técnicas - seguros e resseguros	107.639	59.319
Provisões judiciais	1.307	(19.346)
Caixa líquido gerado nas operações	176.082	119.005
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	-	30
Imposto sobre o lucro pago	(71.533)	(39.117)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	104.549	79.918
Atividades de investimento		
Recebimento pela venda:		
Investimentos	-	24
Pagamento pela compra:		
Imobilizado	(960)	(606)
Intangível	(2.025)	(2.425)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(2.985)	(3.007)
Atividades de financiamento		
Aumento de Capital	-	21.199
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(208.245)	(114.990)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(208.245)	(93.791)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(106.681)	(16.880)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	131.433	104.711
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	24.752	87.831

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Azul Companhia de Seguros Gerais (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado constituída em 24 de setembro de 1924, autorizada a operar pelo Decreto nº. 16.672 de 17 de novembro de 1924, localizada na Avenida Rio Branco, 80 – 13º, 16º ao 20º andares no Rio de Janeiro (RJ) - Brasil. Tem por objeto social a exploração de seguros de danos e pessoas, em qualquer das suas modalidades ou formas conforme definido na legislação vigente, operando por meio de sucursais e representantes em todo território nacional. A Companhia é uma controlada direta da Porto Seguro S.A. a qual possui ações negociadas no Novo Mercado da B3, sob a sigla PSSA3.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados. Não houve no período de 2018 alterações nas políticas contábeis relevantes, exceto pela Circular SUSEP 543/16 que entre outros assuntos, extinguiu a figura dos custos iniciais de contratação (CIC), utilizado no reconhecimento do prêmio ganho. Desta forma, o prêmio comercial líquido de cosseguro passou a ser diferido integralmente conforme a vigência do risco a partir de 1º de janeiro de 2018.

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação: (i) do valor justo de ativos e passivos financeiros, (ii) das provisões técnicas, (iii) da provisão para risco de créditos (“impairment”), (iv) da realização dos impostos diferidos e (v) das provisões para processos judiciais. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação, principalmente na determinação das provisões técnicas.

A Companhia revisa essas estimativas e premissas periodicamente (vide nota explicativa nº 3). As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a premissa de continuação dos negócios em curso normal.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração em 13 de agosto de 2018.

2.1.1 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em observância às disposições da Lei das Sociedades Anônimas e normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), segundo critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores.

Essas informações semestrais são apresentadas sem a repetição de determinadas notas explicativas previamente divulgadas, mas com a indicação – caso ocorram – das alterações ocorridas no período e, portanto, devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, disponíveis no “site” (www.portoseguro.com.br/ri), da SUSEP (www.susep.gov.br) e da Companhia (www.azulseguros.com.br).

As demonstrações financeiras consolidadas intermediárias da Companhia e sua controlada não serão apresentadas, conforme facultado pela SUSEP. As demonstrações financeiras consolidadas do grupo Porto Seguro, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), foram divulgadas pela sua controladora Porto Seguro S.A. em 30 de julho de 2018.

2.2 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em reais (R\$), que é também sua moeda funcional. Para determinação da moeda funcional é observada a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

(a) TRANSAÇÕES E SALDOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia utilizando-se as taxas de câmbio da data das transações. Ganhos ou perdas de conversão de saldos resultantes da liquidação de tais transações são reconhecidos no resultado do período exceto quando reconhecidos no patrimônio como resultado de itens de operação caracterizada como investimento do exterior.

2.3 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4 ATIVOS FINANCEIROS

(a) MENSURAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

(i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado – Títulos para negociação

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em “Resultado financeiro” no exercício em que ocorrem.

(ii) Títulos disponíveis para venda

São instrumentos financeiros não derivativos reconhecidos pelo seu valor justo. Os juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em “Resultado financeiro”. A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) é lançada contra o patrimônio líquido, na conta “Outros resultados abrangentes”, sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente (“impairment”).

(iii) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os recebíveis (prêmios a receber de segurados) que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável), e são avaliados por “impairment” a cada data de balanço (vide nota explicativa nº 2.6.1).

(b) DETERMINAÇÃO DE VALOR JUSTO DE ATIVOS FINANCEIROS

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como “Títulos para negociação” e “Títulos disponíveis para venda” baseia-se na seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.

- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
- Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

2.5 ATIVO DE RESSEGURO

Os ativos de resseguro são valores a receber de resseguradores e valores das provisões técnicas de resseguro, avaliados consistentemente com os saldos associados aos passivos de seguro que foram objeto de resseguro.

As perdas por “impairment”, quando aplicáveis, são avaliadas utilizando-se metodologia similar àquela aplicada para ativos financeiros (vide nota explicativa nº 2.6). Essa metodologia também leva em consideração disputas e casos específicos que são analisados pela Administração quanto à documentação e ao trâmite do processo de recuperação com os resseguradores.

2.6 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS (“IMPAIRMENT”)

2.6.1 EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS (CLIENTES)

Avalia-se constantemente se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado) esteja deteriorado ou “impaired”.

Caso um ativo financeiro seja considerado deteriorado, a Companhia somente registra a perda no resultado do exercício se houver evidência objetiva de perda como consequência de um ou mais eventos que ocorram após a data inicial de reconhecimento e conforme sua melhor estimativa de valores. Para a análise de “impairment”, a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas e inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco).

A metodologia utilizada é a de perda incorrida, que considera a existência de evidência objetiva de “impairment” para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares (tipos de contrato de seguro, “ratings” internos, etc.) e testados em uma base agrupada, com a aplicação dos seguintes parâmetros: probabilidade de inadimplência das operações, previsão de recuperabilidade dessas perdas incluindo as garantias existentes e as perdas históricas de devedores

classificados em uma mesma categoria. Adicionalmente, são provisionados os prêmios cuja vigência do risco de seguro tenha expirado, conforme regras da SUSEP.

Valores que são provisionados como perda são geralmente baixados (“write-off”) quando não há mais expectativa para recuperação do ativo e observando também regras específicas da SUSEP.

2.6.2 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA A VENDA

A cada data de balanço é avaliado se há evidência objetiva de que um ativo classificado como disponível para a venda está individualmente deteriorado. Caso tal evidência exista, a perda acumulada é removida do patrimônio líquido e reconhecida imediatamente no resultado.

2.6.3 ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização, tais como intangíveis com vida útil definida e imobilizados, são revisados para a verificação de “impairment” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda é reconhecida no valor pelo qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do “impairment” os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente, chamadas de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). As UGCs são determinadas e agrupadas pela Administração com base na distribuição geográfica dos seus negócios e com base nos serviços e produtos oferecidos, nos quais são identificados fluxos de caixa específicos. Os ativos não financeiros que tenham sofrido “impairment” são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do “impairment”.

2.7 BENS À VENDA - SALVADOS

A Companhia detém ativos circulantes que são mantidos para a venda, tais como estoques de bens salvados recuperados após indenizações integrais em sinistros de automóveis, registrados pelo valor estimado de realização, com base em estudos históricos de recuperação. Adicionalmente, os bens salvados que não estejam disponíveis para venda por questões documentais, por exemplo, são mantidos no ativo não circulante, conforme regras da SUSEP.

2.8 CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO (DAC)

As comissões sobre prêmios emitidos e os custos diretos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo de vigência das apólices, conforme demonstrado na nota explicativa nº 12. Os custos indiretos de comercialização não são diferidos.

2.9 PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

A Companhia possui investimento em sociedade controlada: Franco Corretagem de Seguros Ltda., avaliada pelo método de equivalência patrimonial. Considera-se controlada a sociedade na qual a Companhia é titular de direitos de sócio ou acionistas que lhe assegurem o poder e a capacidade de dirigir as atividades relevantes das sociedades, afetando, inclusive, seus retornos sobre estas, e quando houver o direito sobre os retornos variáveis das sociedades.

2.10 ATIVO IMOBILIZADO DE USO PRÓPRIO

Compreende imóveis, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios utilizados na condução dos negócios da Companhia. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada (exceto para terrenos que não são depreciados). O custo histórico desse ativo compreende gastos diretamente atribuíveis para sua aquisição a fim de que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são ativados somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo fluirão para a Companhia. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado conforme incorridos.

A depreciação do ativo imobilizado é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 13.

2.11 ATIVO INTANGÍVEL

Os gastos com aquisição e implantação de “softwares” e sistemas são reconhecidos como ativo quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de “software” são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.

A amortização do ativo intangível com vida útil definida é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de amortização utilizadas são de 20%.

2.12 CONTRATOS DE SEGURO E CONTRATOS DE INVESTIMENTOS – CLASSIFICAÇÃO

A Companhia emite diversos tipos de contratos de seguros gerais que transferem riscos significativos de seguros, financeiros ou ambos. Entende-se como risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro com substância comercial. Os contratos de resseguro também são classificados segundo os princípios de transferência de risco de seguro.

Os contratos de assistência a segurados, como serviços a automóveis e residências e assistência 24 horas, entre outros, também são avaliados para fins de classificação de contratos e são classificados como contratos de seguro quando há transferência significativa de risco de seguro entre as contrapartes no contrato.

Na data de balanço, não foram identificados contratos classificados como contratos de investimentos.

2.13 PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGUROS

2.13.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS ORIGINAIS DE CONTRATOS DE SEGURO

Utiliza-se as diretrizes do CPC 11 para avaliação dos contratos de seguro e aplica-se as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro, como: Teste de Adequação de Passivos (TAP); avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação dos contratos; entre outras políticas aplicáveis.

Não são aplicados os princípios de “Shadow Accounting” (contabilidade reflexa), já que a Companhia não dispõe de contratos cuja avaliação dos passivos ou benefícios aos segurados seja impactada por ganhos ou perdas não realizados de títulos classificados como disponíveis para a venda.

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as diretrizes do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTAs) e estão descritos resumidamente a seguir:

- (a)** A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada “pro rata” dia para os seguros de danos e seguros de pessoas, com base nos prêmios emitidos e tem por objetivo provisionar a parcela destes, correspondente ao período de risco a decorrer contado a partir da data-base de cálculo.
- (b)** A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes, mas Não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada para os seguros de danos e seguros de pessoas e tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos, referentes aos riscos assumidos, cujas vigências já se iniciaram e que estão em processo de emissão.
- (c)** A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) – administrativa e judicial – é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar efetuada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, eventos ou notificação do processo judicial, bruta dos ajustes de resseguro e líquida de cosseguro. Essa provisão é ajustada pela provisão “IBNeR”, com o objetivo de estimar as mudanças de valores que os sinistros avisados sofrerão ao longo dos processos de análise até sua liquidação. A IBNeR é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, como triângulos de “run-off”, com base no desenvolvimento histórico de sinistros para os seguros de danos e seguros de pessoas.
- (d)** A Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNR) é constituída para pagamento dos

sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à Companhia até data-base de apuração e é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais como pela aplicação de triângulos de “run-off”, com base no comportamento histórico observado entre a data da ocorrência do sinistro e a data do seu registro, para os seguros de danos e de pessoas. A IBNR do ramo DPVAT (seguro obrigatório) é constituída conforme determina a Resolução do CNSP.

- (e) A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída com o objetivo de garantir a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas com sinistros. A provisão deve abranger as despesas alocáveis e não alocáveis, relacionadas à liquidação de indenizações ou benefícios.

As provisões técnicas são segregadas entre circulante e não circulante no balanço patrimonial conforme seus perfis de liquidações, baseados nos fluxos atuarias.

2.13.2 TESTE DE ADEQUAÇÃO DOS PASSIVOS (TAP)

Em cada data de balanço é elaborado o TAP (ou “Liability Adequacy Test” - LAT) para todos os contratos vigentes na data de execução do teste, exceto DPVAT. Esse teste é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de seguro, deduzidos dos custos de aquisição diferidos (ativo), conforme critérios do CPC 11 e da SUSEP.

Para o teste, desenvolveu-se uma metodologia que considera a melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros, que também incluem as despesas incrementais e de liquidação de sinistros, utilizando-se premissas atualizadas. Para os ramos de risco decorrido, são levados em consideração os prêmios ganhos observados para efetuar a melhor estimativa de receita de prêmios no período subsequente à data-base de cálculo.

Na determinação das estimativas dos fluxos de caixa futuros, os contratos são agrupados por similaridades ou características de risco. Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente a partir de premissas de taxas de juros livres de risco. Caso seja identificada qualquer insuficiência no TAP, registra-se a perda imediatamente como uma despesa no resultado do exercício, constituindo/complementando a Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

Alguns contratos permitem o direito de venda do ativo danificado que tenha sido recuperado (tal como salvados). Fica resguardado, também, o direito contratual de se buscar ressarcimentos de terceiros, como sub-rogação de direitos para pagamentos de danos parciais ou totais cobertos. Consequentemente, estimativas de recuperações são incluídas como um redutor na avaliação e, consequentemente, na execução do TAP.

2.14 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia possui benefício demissional calculado com base no período de prestação de serviços e a idade. O passivo para tais obrigações foi calculado por meio de metodologia atuarial específica que

leva em consideração taxas de rotatividade de funcionários, taxas de juros para a determinação do custo de serviço corrente e custo de juros. Outros benefícios demissionais, como multa ou provisões ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), também foram calculados e provisionados segundo essa metodologia para os funcionários já aposentados, para os quais esse direito já tenha sido estabelecido.

2.15 PROVISÕES JUDICIAIS, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de “obrigação legal” (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC.

Os depósitos judiciais também são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

2.16 RECONHECIMENTO DE RECEITAS

2.16.1 PRÊMIO DE SEGURO E RESSEGURO

As receitas de prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas quando da emissão da apólice ou quando da vigência do risco, o que ocorrer primeiro, proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices, por meio da constituição/reversão da PPNG (vide nota explicativa nº 2.13.1(a)).

As despesas de resseguro cedido são reconhecidas de acordo com o reconhecimento do respectivo prêmio de seguro (resseguro proporcional) e/ou de acordo com o contrato de resseguro (resseguro não proporcional).

2.16.2 RECEITA DE JUROS

As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados no resultado no mesmo prazo do recebimento.

2.17 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A distribuição de dividendos e Juros sobre Capital Próprio (JCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido no resultado do período. A taxa utilizada no cálculo dos juros sobre o capital próprio é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável, conforme a legislação vigente.

2.18 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do período, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício social. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240 anuais. A provisão para contribuição social para as sociedades seguradoras é constituída à alíquota de 20% (vide nota explicativa nº 9.3).

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

3.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS DE SEGUROS

O componente em que a Administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativas é na constituição dos passivos de seguros. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados em última instância. São utilizadas todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido.

Conseqüentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. O valor total dos passivos de contratos de seguro, em 30 de junho de 2018, era de R\$ 1.958.782.

3.2 CÁLCULO DE VALOR JUSTO E “IMPAIRMENT” DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Aplicam-se regras de análise de “impairment” para os recebíveis, incluindo os prêmios a receber de segurados. Nessa área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas por “impairment”, conforme descrito o item 2.6.1.

O valor total dos ativos financeiros (incluindo caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e prêmios a receber de segurados), em 30 de junho de 2018, era de R\$ 2.135.172 para os quais existem R\$ 217 de provisão para risco de crédito.

3.3 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia dispõe de um considerável número de processos judiciais em aberto na data das demonstrações financeiras. O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico. Adicionalmente, é utilizado o melhor julgamento sobre esses casos para a constituição das provisões, seguindo os princípios do CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. O valor total das provisões judiciais, em 30 de junho de 2018, era de R\$ 71.043, para as quais existe R\$ 78.158 em depósitos judiciais.

3.4 CÁLCULO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. O valor total dos créditos tributários diferidos, em 30 de junho de 2018, era de R\$44.561 (ativo), e R\$ 12.925 (passivo).

4. GESTÃO DE RISCOS

A Companhia está exposta a um conjunto de riscos inerentes às suas atividades e, para gerir estes riscos, possui uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades necessários à identificação, avaliação, tratamento e controle dos riscos.

A governança de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as áreas, tendo por finalidade proteger o resultado e seus acionistas, contribuir para sua sustentabilidade e valor, envolvendo aspectos relacionados à transparência e prestação de contas.

Nesse contexto, o gerenciamento dos riscos é exercido de modo integrado e independente e valorizando o ambiente de decisões colegiadas. As decisões são pautadas em fatores que combinam o retorno sobre o risco mensurado, permitindo seu alinhamento na definição dos objetivos comerciais e promovem o acultramento dos colaboradores em todos os níveis hierárquicos.

Todas estas iniciativas proporcionam a ampliação da eficiência operacional e consequente redução do nível de perdas, além de otimizar a utilização do capital disponível. Refletindo o compromisso com a gestão de riscos, a Companhia possui a área de Gestão de Riscos Corporativos cuja missão é garantir que os riscos sejam efetivamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados de forma independente.

Com o intuito de obter sinergias ao longo do processo de gerenciamento de riscos há, permanentemente, um fórum de alto nível na Companhia, denominado Comitê de Risco Integrado. Este tem por atribuição assessorar a Alta Administração na aprovação de políticas institucionais e limites de exposição a riscos, analisar os riscos relevantes que lhe forem submetidos, assim como validar as ações de mitigação e estratégias para desenvolvimento contínuo dos processos de gestão de risco. A gestão de riscos financeiros, de seguros e operacionais compreende as seguintes categorias:

4.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pela possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros. Este risco é composto por:

- (a) **Portfólio de Investimentos:** para gerenciamento deste risco a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco ("rating") "A" da contraparte divulgados por agências externas (S&P, Moodys e Fitch). Na ausência de "ratings" externos, a

Administração utiliza o conhecimento e a experiência de mercado para classificar essas contrapartes em seus graus de riscos ("ratings" internos), suportados por um processo de governança para devida avaliação e aprovação destas operações.

Em 30 de junho de 2018, 84,9% (76,3% em 31 de dezembro de 2017) das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano) e o restante em aplicações de "rating" "AA". Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada ("impaired").

(b) Inadimplência nos prêmios a receber: é a possibilidade de perda devido ao não pagamento dos prêmios por parte dos segurados. Para mitigação destes riscos são estabelecidas regras de aceitação que incluem análise do risco de crédito dos segurados, fundamentadas em informações de agências de mercado e de comportamento histórico junto à Companhia, assim como, no caso de inadimplência, a cobertura de sinistros poderá ser cancelada conforme produto, regulamentação vigente e relacionamento com o cliente. Os prêmios a receber de segurado da Companhia, em geral, não possuem concentração de riscos (por setor econômico, por exemplo), uma vez que são recebíveis, principalmente, de pessoas físicas. Os vencimentos dos prêmios a receber estão apresentados na nota explicativa nº 8.1.1.

4.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O Risco de Liquidez é definido como a eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente a obrigações futuras. A Companhia possui controles com o objetivo de manter seus níveis de liquidez em patamares adequados, alinhados aos requisitos regulatórios, assim como equilibrar a relação entre as taxas, risco e retorno. Neste contexto, estão estabelecidas regras de prazo máximo de vencimento das operações e "rating" da contraparte. Há, também, a definição de caixa mínimo em relação as projeções dos fluxos de caixa.

Os principais itens abordados na gestão do risco de liquidez são: limites de risco de liquidez, incluindo caixa mínimo e de ativos de alta liquidez (em sua maioria títulos públicos, os quais podem ser liquidados antecipadamente); simulações de cenários (teste de "stress"); e medidas potenciais para contingenciamento.

A tabela a seguir apresenta o risco de liquidez a que a Companhia está exposta (i):

	Junho de 2018		Dezembro de 2017	
	<u>Fluxo de ativos (ii)</u>	<u>Fluxo de passivos (iii)</u>	<u>Fluxo de ativos (ii)</u>	<u>Fluxo de passivos (iii)</u>
À vista/ sem vencimento	210.720	-	199.413	-
Fluxo de 1 a 30 dias	220.751	133.593	325.413	118.905
Fluxo de 2 a 6 meses	413.483	849.993	429.897	780.935
Fluxo de 7 a 12 meses	64.219	420.152	60.016	367.182
Fluxo de acima de 1 ano	1.292.191	108.162	1.287.145	122.533
Total	<u>2.201.364</u>	<u>1.511.900</u>	<u>2.301.884</u>	<u>1.389.555</u>

(i) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.

(ii) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalente de caixa, aplicações, prêmios a receber e operações com resseguradoras.

(iii) O fluxo de passivos considera os passivos de contratos de seguros e os débitos de operações com seguros e resseguros.

4.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Companhia, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimento segregadas por fator de risco de mercado:

	<u>Junho de 2018</u>	<u>Dezembro de 2017</u>
Inflação (IPCA/IGPM)	51,9%	28,5%
Pós-fixados (SELIC/CDI)	36,9%	60,5%
Prefixados	11,2%	11,0%

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se a técnica de valor em risco ("Value at Risk" - VaR) paramétrico, com intervalo de confiança de 95% em horizonte de 1 dia. Adicionalmente, são realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade, testes de "stress" e as ferramentas de "tracking error" e "Benchmark-VaR", utilizados para isso cenários realísticos e plausíveis ao perfil e característica do portfólio.

Os resultados obtidos são utilizados para mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido, em condições normais e de "stress". Esses testes levam em consideração cenários históricos e de condições futuras de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão, bem como na identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia.

Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade da carteira de instrumentos financeiros, em 30 de junho de 2018 nos termos da Instrução CVM nº 475/08.

<u>Fator de Risco</u>	<u>Cenário (i)</u>	<u>Impacto no ativo (ii)</u>
Juros pré-fixados	+/- 50 b.p.	17.938
	+/- 25 b.p.	9.215
	+/- 10 b.p.	3.754
Índices de preços	+/- 50 b.p.	4.004
	+/- 25 b.p.	2.069
	+/- 10 b.p.	845
Juros pós-fixados	+/- 50 b.p.	1.237
	+/- 25 b.p.	1.031
	+/- 10 b.p.	825

- (i) B.P. = “basis points”. O cenário base utilizado é o cenário possível de “stress” para cada fator de risco, disponibilizado pela B3.
- (ii) Bruto de efeitos tributários.

Ressalta-se que visto a capacidade de reação da Companhia, os impactos acima apresentados podem ser minimizados.

4.4 RISCO DE SUBSCRIÇÃO

O risco de subscrição é definido como a possibilidade de ocorrência de eventos que contrariem as expectativas e que possam comprometer significativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido, incluindo falhas na precificação ou estimativas de provisionamento.

A Companhia emite seguros de automóveis, danos e pessoas. O risco de subscrição é segmentado nas seguintes categorias de risco:

- (a) **Risco de prêmio:** gerado a partir de uma possível insuficiência dos prêmios cobrados para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas com os segurados. A Companhia desenvolve constantemente técnicas de análise e precificação do risco, utilizando-se de modelos estatísticos distintos para renovações e novos seguros, permitindo avaliar antecipadamente os resultados gerados em diversos cenários, que combinam níveis de preços, conversão de cotações e resultados, sendo as decisões tomadas considerando o cenário que gera as melhores margens para o produto.
- (b) **Risco de provisão:** gerado a partir de uma possível insuficiência dos saldos das provisões constituídas para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações perante os segurados. Para avaliação da aderência das premissas e metodologias utilizadas para dimensionamento das provisões técnicas, são realizados constantemente testes de aderência em diferentes datas-bases, que verificam a suficiência histórica das provisões constituídas, incluindo o TAP (vide nota explicativa nº 2.13.2).
- (c) **Risco de retenção:** gerado a partir da exposição a riscos individuais com valor em risco elevado, concentração de riscos ou ocorrência de eventos catastróficos. Essas exposições são monitoradas por meio de processos e modelos adequados, sendo contratadas proteções de resseguro de acordo com os limites de retenção por risco aprovados pela SUSEP, assim como limites internos, refletidos em política corporativa de cessão de riscos.
- (d) **Risco de práticas de sinistros:** gerado a partir de regras e procedimentos inadequados para a regulação e liquidação de sinistros.

Cada diretoria de produto estabelece, monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Companhia, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Diretoria Técnica para comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos.

As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como o teste de adequação dos passivos, incluem:

- Utilização, como premissas de sinistralidade, das expectativas de prêmio de risco, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada agrupamento de ramos.
- Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros, baseadas em histórico de observações para cada ramo e/ou agrupamento de ramos. Para as projeções, respeitaram-se as cláusulas contratuais vigentes na data-base do estudo dos contratos celebrados com os resseguradores.
- Utilização como indexador, para os passivos, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é predominante nos contratos padronizados.
- Taxa de juros esperada para os ativos, equivalente à taxa SELIC/CDI, que é condizente com a rentabilidade obtida pela área de investimentos no período vigente.
- Premissas atuariais específicas em cada produto em consequência do impacto destas na precificação do risco segurável.

Os resultados obtidos nos processos de gestão e monitoramento do risco de subscrição são formalizados e reportados mensalmente à Alta Administração, permitindo que eventuais desvios em relação às projeções sejam corrigidos no menor espaço de tempo possível.

Os impactos dos testes de sensibilidade demonstrados a seguir são aqueles que ocorreriam no resultado e no patrimônio líquido da Companhia decorrente das variações nas premissas apresentadas. Como a Companhia apresenta suficiência nos fluxos do TAP (vide nota explicativa nº 2.13.2), conforme regras da SUSEP, os impactos demonstrados são após o esgotamento dessas suficiências.

4.4.1 AUTOMÓVEIS

A Companhia opera em todo o território nacional, comercializando apólices de seguro de automóvel para pessoas físicas e jurídicas, através de contratação individual.

Como medida de mitigação de risco, são utilizados dispositivos rastreadores, localizadores em determinados tipos de veículos e gravação da numeração de chassis em diversas partes da carroceria do veículo.

A tabela a seguir apresenta a exposição de risco de seguro por região:

Localidade	Junho de 2018	Dezembro de 2017
Região Sudeste	69,6%	69,7%
Região Sul	16,1%	16,8%
Região Nordeste	10,0%	9,5%
Região Centro-Oeste	3,1%	2,9%
Região Norte	1,2%	1,1%

A tabela a seguir apresenta a sensibilidade da carteira às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

Premissas atuariais	Junho de 2018	Dezembro de 2017
Despesas administrativas - aumento de 15,0 p.p.	(76.044)	(70.490)
Sinistros - aumento de 15,0 %	(36.852)	(35.744)

4.5 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco legal.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa e centralizada, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer um método para tratar esses impactos, reduzir as ameaças até um nível aceitável.

Isto inclui esforços para a construção de um banco de dados de perdas internas de risco operacional com informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

5. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em maximizar o valor do capital por meio da otimização do nível e das fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência. O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 3 anos, fundamentado em premissas de crescimento de negócios, lucratividade, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio.

A Companhia possui uma estrutura que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. A estrutura de gerenciamento de capital é suportada por política específica, a qual define os papéis e

responsabilidades, limites de suficiência, relatórios de monitoramento e planos de contingência de capital.

Essa gestão é de responsabilidade da Diretoria Financeira, que conta com o apoio da Diretoria Técnica, entre outras, para apuração dos resultados. De forma independente, a área de Gestão Corporativa de Risco monitora a aderência aos requerimentos regulatórios e aos critérios de política interna.

A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pela CNSP e SUSEP. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de riscos de crédito, mercado, operacional e subscrição. As parcelas de necessidades de capital, bem como a suficiência existente estão demonstradas na nota explicativa nº 19 (d).

6. EQUIVALENTES DE CAIXA

Equivalentes de caixa incluem operações compromissadas lastreadas principalmente, em Notas do Tesouro Nacional (NTNs) com vencimentos em até 3 meses.

7. APLICAÇÕES

7.1 ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO

7.1.1 ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO – TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO (*)

	Junho de 2018			Dezembro de 2017		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Fundos abertos						
Cotas de fundos de investimentos	195.246	-	195.246	175.354	-	175.354
	195.246	-	195.246	175.354	-	175.354
Fundos exclusivos						
LFTs	329.831	-	329.831	551.988	-	551.988
NTNs - B	39.603	-	39.603	55.799	-	55.799
NTNs - C	9.122	-	9.122	12.432	-	12.432
Letras Financeiras - privadas	-	1.354	1.354	-	25.055	25.055
Outros	-	873	873	-	19.470	19.470
	378.556	2.227	380.783	620.219	44.525	664.744
Total	573.802	2.227	576.029	795.573	44.525	840.098
Percentual das aplicações classificadas nesta categoria:			40%			62%

(*) Os títulos para negociação são compostos, substancialmente, por cotas de fundos de investimentos abertos ou exclusivos e letras financeiras de instituições privadas, cujo valor de custo atualizado desses títulos razoavelmente se aproxima de seu valor justo.

7.1.2 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

	Junho de 2018			Dezembro de 2017		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Carteira própria						
NTNs - B	650.437	-	650.437	306.168	-	306.168
LTNs	169.095	-	169.095	162.773	-	162.773
NTNs - C	42.689	-	42.689	40.598	-	40.598
Debêntures	-	11.082	11.082	-	12.346	12.346
Total (i)	862.221	11.082	873.303	509.539	12.346	521.885
Circulante			4.335			4.117
Não circulante (ii)			868.968			517.768
Percentual das aplicações classificadas nesta categoria:			60%			38%

(i) O valor de curva (custo atualizado) dos papéis em junho de 2018 era de R\$ 866.331 (R\$ 495.778 em dezembro de 2017), gerando assim um ganho não realizado registrado em "Outros Resultados Abrangentes" no patrimônio líquido de R\$ 6.972 (R\$ 26.107 em dezembro de 2017), e um efeito de (R\$ 19.135) na demonstração de resultado abrangente, bruto dos efeitos tributários.

(ii) A diferença para o total das aplicações refere-se aos investimentos avaliados ao custo de aquisição, uma vez que não existem mercados ativos para essas ações no montante de R\$ 519 em junho de 2018 (R\$ 496 em dezembro de 2017).

7.2 MOVIMENTAÇÃO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS (*)

	Junho de 2018	Dezembro de 2017
Saldo inicial	1.471.796	1.352.892
Aplicações	1.024.406	1.411.106
Resgates	(1.067.129)	(1.457.314)
Rendimento	51.208	141.610
Ajuste a valor de mercado	(19.135)	23.502
Saldo final	1.461.146	1.471.796

(*) A movimentação das aplicações financeiras inclui os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, títulos disponíveis para venda e os ativos classificados como equivalentes de caixa.

7.2.1 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS

As principais taxas de juros médias contratadas das aplicações financeiras, apresentadas a seguir:

	Taxas de juros % (a.a.)	
	Junho de 2018	Dezembro de 2017
Equivalentes de caixa (*)	6,38	6,87
Fundos exclusivos		
Letras Financeiras % CDI	103,00	106,27
NTNs B - IPCA	5,07	5,08
NTNs C - IGPM	5,53	5,53
Carteira própria		
LTNs	11,34	11,34
NTNs B - IPCA	5,34	5,94
NTNs C - IGPM	5,45	5,45

(*) Vide nota explicativa nº 6.

8. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS

8.1 PRÊMIOS A RECEBER

	Junho de 2018		Dezembro de 2017			
	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber - líquido	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber - líquido
Automóveis	464.273	(174)	464.099	472.932	(130)	472.802
Resp. Civil facultativa - RCF	130.106	(42)	130.064	144.415	(33)	144.382
Assistência e outras coberturas - Auto	61.063	(1)	61.062	61.794	(1)	61.793
Demais ramos	5.344	-	5.344	5.640	-	5.640
	660.786	(217)	660.569	684.781	(164)	684.617

8.1.1 COMPOSIÇÃO QUANTO AOS VENCIMENTOS

	Junho de 2018	Dezembro de 2017
A vencer	637.295	660.265
Vencidos de 1 a 30 dias	22.379	23.628
Vencidos 31 a 60 dias	645	606
Vencidos 61 a 120 dias	337	214
Acima de 121 dias	130	68
	660.786	684.781
Redução ao valor recuperável	(217)	(164)
	660.569	684.617

8.1.2 MOVIMENTAÇÃO

	<u>Junho de 2018</u>	<u>Dezembro de 2017</u>
Saldo inicial	684.617	585.999
Prêmios emitidos	1.562.308	2.882.413
IOF	112.388	209.814
Adicional de fracionamento	36.496	68.451
Prêmios cancelados	(71.940)	(112.953)
Recebimentos	(1.663.247)	(2.949.390)
Provisão para riscos de créditos	(53)	283
Saldo final	<u>660.569</u>	<u>684.617</u>

8.1.3 REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL

	<u>Junho de 2018</u>	<u>Dezembro de 2017</u>
Saldo inicial	164	447
Provisões constituídas	1.188	4.326
Reversões e baixas	(1.135)	(4.609)
Saldo final	<u>217</u>	<u>164</u>

As despesas/reversões de provisões para riscos de créditos foram registrados na conta "Outras despesas operacionais" da Demonstração do Resultado (vide nota explicativa nº 24).

8.1.4 PRAZO MÉDIO DE PARCELAMENTO

<u>Produto</u>	<u>Quantidade de parcelas</u>	<u>Junho de 2018</u>	<u>Dezembro de 2017</u>
	1 a 4	77,0%	78,0%
Automóvel	5 a 10	23,0%	22,0%

9. TRIBUTOS

9.1 CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	<u>Junho de 2018</u>	<u>Dezembro de 2017</u>
Não circulante		
Imposto de renda e contribuição social diferidos (*)	28.508	30.598
PIS e COFINS diferidos sobre PSL e IBNR	16.053	16.634
	<u>44.561</u>	<u>47.232</u>

(*) Vide nota explicativa nº. 9.2.1.

9.2 TRIBUTOS DIFERIDOS

9.2.1 ATIVO

	Dezembro de 2017	Constituição	Reversão	Junho de 2018
Diferenças temporárias decorrentes de:				
Provisão participação lucros administradores	7.570	7.022	(9.590)	5.002
Redução ao valor recuperável de ativos	5.940	427	-	6.367
Provisão para processos judiciais	4.145	129	(48)	4.226
Provisão passivas não dedutíveis	3.872	818	(848)	3.842
Provisão para obrigações legais – COFINS	2.518	-	-	2.518
Provisão para obrigações legais – INSS	2.441	-	-	2.441
Provisão fiscal - outras	2.259	-	-	2.259
Provisão para obrigações legais – PIS	1.853	-	-	1.853
	30.598	8.396	(10.486)	28.508

9.2.2 PASSIVO

	Dezembro de 2017	Constituição	Reversão	Junho de 2018
Natureza				
IR e CS sobre aplicações financeiras	11.747	5.335	(13.945)	3.137
IR e CS diferidos sobre PIS e COFINS	6.850	143	(410)	6.583
Imposto de renda e contribuição social sobre reavaliação de imóveis	3.248	-	(43)	3.205
	21.845	5.478	(14.398)	12.925

9.3 RECONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Junho de 2018	Junho de 2017
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	192.939	99.060
(-) Participações nos resultados	(12.923)	(5.503)
Lucro antes do IRPJ e da CSLL após participações nos resultados (A)	180.016	93.557
Alíquota vigente	45%	45%
Imposto de renda e contribuição social (a taxa nominal) (B)	(81.007)	(42.101)
Juros sobre o capital próprio	8.210	11.246
Incentivos fiscais	150	366
Dividendos recebidos	167	8
Outros	(877)	322
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	7.650	11.942
Total de imposto de renda e contribuição social (D = B + C)	(73.357)	(30.159)
Taxa efetiva (D/A)	41%	30%

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

	Junho de 2018	Dezembro de 2017
Cofins (*)	18.853	18.473
Processos judiciais com adesão ao REFIS (*)	14.042	13.856
Programa de integração social (PIS) (*)	9.509	9.343
INSS - autônomos (*)	7.705	7.542
Outros depósitos fiscais	5.921	6.242
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços	5.799	5.688
Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ)	5.782	5.666
Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)	4.267	4.163
Trabalhistas	3.798	3.788
Contingências cíveis	2.482	2.405
	78.158	77.166

(*) Vide nota explicativa nº 18 (a).

11. OUTROS VALORES E BENS

	<u>Junho de 2018</u>	<u>Dezembro de 2017</u>
Bens a venda - salvados (*)	38.806	30.908
Almoxarifado	408	477
	<u>39.214</u>	<u>31.385</u>
Circulante	32.142	23.059
Não Circulante	7.072	8.326

(*) Vide nota explicativa nº 11.1.

11.1 BENS À VENDA – SALVADOS

Os salvados da Companhia são originados dos ramos de automóveis e possuem os seguintes prazos de permanência em estoque:

	<u>Junho de 2018</u>	<u>Dezembro de 2017</u>
Permanência até 30 dias	8.655	5.857
Permanência de 31 a 60 dias	15.316	10.654
Permanência de 61 a 120 dias	8.827	6.411
Permanência de 121 a 365 dias	8.082	10.230
Permanência a mais de 365 dias	9.607	8.520
	<u>50.487</u>	<u>41.672</u>
Redução ao valor recuperável (*)	(11.681)	(10.764)
	<u>38.806</u>	<u>30.908</u>
Circulante	31.734	22.582
Não circulante	7.072	8.326

(*) Decorrentes, principalmente, de indenizações integrais em sinistros de automóveis, registrados pelo valor estimado de realização, com base em estudos históricos de recuperação.

12 CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO (DAC)

	<u>Junho de 2018</u>	<u>Dezembro de 2017</u>
Automóvel	244.803	234.059
Outros	243	317
	<u>245.046</u>	<u>234.376</u>

O prazo médio de diferimento dos custos de aquisição diferidos é de 12 meses.

12.1 MOVIMENTAÇÃO

	Junho de 2018	Dezembro de 2017
Saldo inicial	234.376	221.443
Constituição	250.808	465.995
Apropriação para despesa	(240.138)	(453.062)
Saldo final	245.046	234.376

13. IMOBILIZADO

	Movimentações				Junho de 2018				Taxas anuais de depreciação (%)
	Saldo residual em Dezembro de 2017	Aquisições	Baixas	Despesas de depreciação	Outros/ Transferência(**)	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	
Terrenos	153.283			-	687	153.970	-	153.970	
Edificações (*)	142.123			(1.288)	(4.274)	152.277	(15.716)	136.561	2,0
Imóveis de uso	295.406	-	-	(1.288)	(3.587)	306.247	(15.716)	290.531	
Informática	2.891	918	-	(712)	-	11.270	(8.173)	3.097	25,0
Móveis máq. e utensílios	1.322	20	-	(172)	-	3.723	(2.553)	1.170	10,0
Outras Imobilizações	293	22	(2)	(50)	-	2.119	(1.856)	263	
Bens móveis de uso	4.506	960	(2)	(934)	-	17.112	(12.582)	4.530	
Obras em andamentos	535	-	-	-	3.126	3.661	-	3.661	-
Outras Imobilizações	89	-	-	(38)	-	1.540	(1.489)	51	-
Outras imobilizações	624	-	-	(38)	3.126	5.201	(1.489)	3.712	
	300.536	960	(2)	(2.260)	(461)	328.560	(29.787)	298.773	

(*) Para este item foi utilizada taxa média ponderada.

(**)O valor de R\$ 461 se refere a transferência para Imóveis destinados a renda, em Investimentos.

14. CONTAS A PAGAR

14.1 OBRIGAÇÕES A PAGAR

	<u>Junho de 2018</u>	<u>Dezembro de 2017</u>
Transações com partes relacionadas (i)	21.362	22.595
Participação nos lucros a pagar	15.233	22.075
Provisão de benefícios a empregados	2.246	2.075
Dividendos a pagar	1.689	1.689
Serviços de assistência (ii)	-	607
Outras	1.318	1.763
	<u>41.848</u>	<u>50.804</u>
Circulante	39.602	48.728
Não Circulante	2.246	2.076

(i) Vide nota explicativa nº 28.

(ii) A partir de março de 2017 a Companhia passou a comercializar a garantia de vidros como cobertura de seguro.

14.2 IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	<u>Junho de 2018</u>	<u>Dezembro de 2017</u>
IOF	45.243	47.152
INSS e FGTS	1.559	1.785
Imposto sobre serviços retidos	597	1.408
Imposto de renda retido na fonte	3.199	673
Outros	3.212	3.679
	<u>53.810</u>	<u>54.697</u>

15. DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS – CORRETORES DE SEGUROS E RESSEGUROS

Referem-se a comissões a pagar aos corretores por ocasião da cobrança de títulos e as recuperações relativas aos prêmios restituídos.

16. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

Referem-se, principalmente, a valores recebidos de segurados para quitação de apólices em processo de emissão e de recebimentos de prêmios de seguros fracionados em processamento. Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o prazo médio de permanência dos saldos nesta conta era de até 30 dias.

17. PROVISÕES TÉCNICAS – SEGUROS

	Junho de 2018		Dezembro de 2017	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos	1.467.495	1.467.495	1.368.147	1.368.147
Sinistros e benefícios a liquidar	284.364	280.686	298.061	294.329
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - DPVAT	171.521	171.521	151.243	151.243
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	25.446	25.446	24.780	24.780
Demais provisões	9.956	9.956	8.912	8.912
Total	1.958.782	1.955.104	1.851.143	1.847.411
Circulante	1.671.834		1.579.911	
Não Circulante	286.948		271.232	

Como conclusão do TAP realizado nas datas-bases de 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, não foram encontradas insuficiências em nenhum dos produtos da Companhia (vide nota explicativa nº 2.13.2).

17.1 MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO DE CONTRATOS DE SEGURO E ATIVO RESSEGURO

	Passivo de Contratos de Seguros	Ativos de Contratos de Resseguros
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.677.300	1.827
Constituições decorrentes de prêmios	2.685.780	-
Diferimento pelo risco decorrido	(2.431.242)	-
Aviso de sinistros	1.818.248	(713)
Pagamento de sinistros/benefícios	(1.786.623)	(73)
Atualização monetária e juros	53.146	2.691
Outras (constituição/reversão)	(165.466)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.851.143	3.732
Constituições decorrentes de prêmios	1.510.806	-
Diferimento pelo risco decorrido	(1.411.458)	-
Aviso de sinistros	909.682	(206)
Pagamento de sinistros/benefícios	(911.414)	(88)
Atualização monetária e juros	11.086	241
Outras (constituição/reversão)	(1.063)	-
Saldos em 30 de junho de 2018	1.958.782	3.679

17.2 GARANTIA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

De acordo com as normas vigentes, foram vinculados à SUSEP os seguintes ativos:

	<u>Junho de 2018</u>	<u>Dezembro de 2017</u>
Total das provisões técnicas (A)	1.958.782	1.851.143
Direitos creditórios (i)	554.961	563.443
Custo de aquisição diferidos pagos	171.267	161.137
Operações com resseguradoras	3.679	3.732
Total de ativos redutores da necessidade de cobertura (B)	729.907	728.312
Necessidade de cobertura das provisões técnicas (C = A - B)	1.228.875	1.122.831
Necessidade de ativos líquidos (ii) (D)	109.641	103.829
Títulos de renda fixa - públicos	862.221	509.539
Quotas de fundos de investimento	587.324	774.062
Títulos de renda fixa - privados	11.082	12.346
Total de ativos oferecidos em garantia (E)	1.460.627	1.295.947
Excedente (E - C - D)	122.111	69.287

(i) Montante correspondente às parcelas a vencer dos prêmios a receber de apólices de riscos a decorrer.

(ii) A partir de 2014, o CNSP passou a exigir que as empresas supervisionadas ofereçam, no mínimo, 20% de seu Capital de Risco em títulos do Tesouro Nacional ou fundos compostos por esses títulos.

17.3 COMPORTAMENTO DA PROVISÃO DE SINISTROS

A tabela a seguir apresenta o comportamento das provisões para sinistros da Companhia (em anos posteriores aos anos de constituição, em R\$ milhões), denominada tábua de desenvolvimento de sinistro e demonstra a consistência da política de provisionamento de sinistros da Companhia:

							Dezembro	Junho	
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Montante estimado de sinistro no ano do aviso	121,6	158,7	177,6	193,7	220,2	236,1	264,9	299,3	309,8
Um ano mais tarde	122,5	164,7	183,5	179,0	215,0	230,2	265,1	272,0	-
Dois anos mais tarde	137,4	173,3	185,8	189,6	227,9	252,1	268,0	-	-
Três anos mais tarde	142,1	174,3	196,4	193,5	254,7	253,8	-	-	-
Quatro anos mais tarde	141,8	185,0	196,7	223,8	255,7	-	-	-	-
Cinco anos mais tarde	152,3	182,6	223,8	224,9	-	-	-	-	-
Seis anos mais tarde	148,7	204,6	224,2	-	-	-	-	-	-
Sete anos mais tarde	167,3	205,6	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos mais tarde	167,9	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa corrente	167,9	205,6	224,2	224,9	255,7	253,8	268,0	272,0	309,8
Pagamentos acumulados até a data-base	(145,6)	(177,4)	(189,7)	(182,7)	(202,5)	(191,6)	(195,1)	(187,7)	-
Total	1,2	28,2	34,5	42,2	53,2	62,2	72,9	84,3	309,8
DPVAT e retrocessão									171,5
PSL e IBNR reconhecidas no balanço									481,3

17.4 PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR - JUDICIAL

A tabela a seguir demonstra a movimentação dos sinistros judiciais:

	Junho de 2018		Dezembro de 2017	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Saldo inicial	88.068	84.335	55.234	53.407
Total pago no exercício	(14.113)	(14.024)	(31.357)	(31.284)
Novas constituições no exercício	1.485	1.485	3.988	3.988
Baixas da provisão por êxito	(6.566)	(6.566)	(4.218)	(4.218)
Alteração da provisão por alteração de estimativas ou probabilidades	10.760	10.760	28.689	29.401
Alteração da provisão por reestimativa, atualização monetária e juros (i) e (ii)	5.456	5.421	35.732	33.041
Saldo final (iii)	85.090	81.411	88.068	84.335
Quantidade de processos		2.694		2.541

(i) De acordo com a taxa de atualização monetária dos débitos judiciais do Tribunal de Justiça de São Paulo.

(ii) Não incluem saldos de DPVAT.

18. OUTROS DÉBITOS – PROVISÕES JUDICIAIS

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de naturezas tributária, trabalhista e cível. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada

pela opinião do departamento jurídico da Companhia e de seus consultores externos. Contudo existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final destas saídas.

	<u>Fiscais (a)</u>	<u>Trabalhistas (d)</u>	<u>Cíveis (e)</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	60.300	6.921	2.515	69.736
Constituições	-	-	598	598
Enc.êxito/reversões (*)	-	-	(335)	(335)
Pagamentos	-	-	(213)	(213)
Atualização monetária	1.126	287	(156)	1.257
Saldo em 30 de junho de 2018	61.426	7.208	2.409	71.043
Quantidade de processos	39	68	91	198

(*) Para contingências fiscais refere-se ao processo do REFIS (vide item (a)(v)).

(a) Provisão para processos fiscais

As ações judiciais de natureza fiscal (tributária), quando classificadas como obrigações legais, são objeto de constituição de provisão independentemente de sua probabilidade de perda. As demais ações judiciais fiscais são provisionadas, quando a classificação de risco de perda seja provável. Segue a composição destes processos por natureza:

	<u>Junho de 2018</u>	<u>Dezembro de 2017</u>
COFINS (i)	18.853	18.473
REFIS (v)	10.748	10.605
PIS (ii)	9.784	9.617
Outras	8.755	8.604
INSS - autônomos (iii)	7.705	7.542
Contribuição social - dedutibilidade base imposto (iv)	5.581	5.459
	61.426	60.300

(i) COFINS

Com o advento da Lei nº 9.718/98, as companhias de seguros e de previdência complementar, entre outras, ficaram sujeitas ao recolhimento da COFINS, incidente sobre suas receitas à alíquota de 3%, a partir de fevereiro de 1999, e de 4% depois da promulgação da Lei nº 10.684/03. A Companhia questiona judicialmente essa tributação, bem como a base de cálculo fixada pela Lei nº 9.718/98, que conceituou faturamento como equivalente a receita bruta.

Na ação movida pela Companhia, atualmente aguarda-se o julgamento do Recurso Extraordinário nº 400.479 interposto pela Companhia.

(ii) PIS

A Companhia discute a exigibilidade da contribuição ao PIS, instituída nos termos das Emendas Constitucionais (EC) nºs 01/94, 10/96 e 17/97, as quais alteraram a base de cálculo e a alíquota da contribuição, que passou a incidir sobre a receita bruta operacional, e da Lei nº 9.718/98, cuja contribuição passou a incidir sobre a receita bruta, independentemente da classificação contábil.

Na ação que discute a EC 01/94, aguarda-se julgamento do Recurso Extraordinário nº 427.966 interposto pela União. Na ação que discute a EC 10/96, aguarda-se julgamento do Recurso Especial e do Recurso Extraordinário interpostos pela Companhia. Na ação que discute a EC 17/97, aguarda-se julgamento do agravo de instrumento apresentado. Na ação que discute a Lei 9.718/98, atualmente aguarda julgamento do Recurso Extraordinário interposto pela União, que foi sobrestado até o julgamento do RE nº 400.479 e do Agravo de Instrumento nº 732.247.

(iii) INSTITUTO NACIONAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (INSS) AUTÔNOMOS

Na ação que discute a LC 84/96, e na ação que discute a Lei 9.876/99, movidas pela Companhia, houve adesão ao programa de parcelamento de débito da Lei nº 11.941/09, relativo à discussão da incidência sobre a comissão dos corretores, prosseguindo somente com a discussão em relação ao adicional de 2,5%, que atualmente aguarda o julgamento do Recurso Extraordinário interposto pela sociedade.

(iv) CSLL

A Sociedade Rio Branco, incorporada pela Companhia, foi autuada pela Secretaria da Receita Federal pelo não recolhimento da CSLL no período de 1992 a 2000. A Companhia discute administrativamente a aplicação desse auto de infração, uma vez que possui decisão transitada em julgado que lhe confere o direito de não recolher a referida contribuição. Atualmente aguarda-se o julgamento dos Recursos Especiais interpostos pela União e pela Companhia, em face de decisão que deu parcial provimento ao Recurso Voluntário.

(v) REFIS

A Companhia aderiu ao programa de recuperação fiscal (REFIS) no ano de 2013, para diversas ações que discutia judicialmente e atualmente aguarda a homologação para desistência das ações.

Neste exercício a Companhia efetuou o pagamento (reversão a União) de R\$ 21.003 a título de REFIS proveniente de despacho relativos à contribuição previdenciária, requerendo a suspensão da exigibilidade da referida contribuição incidente sobre as remunerações dos autônomos, empresários e avulsos, nos termos da Lei nº. 9.876/99, por entender ser indevido o adicional de 2,5% exigido somente para as instituições financeiras e seguradoras.

(b) CONTINGÊNCIAS FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

A Companhia é parte em outras ações de natureza fiscal e previdenciária que não são classificadas como obrigações legais e não são reconhecidas contabilmente, quando classificadas como perda possível ou remota. Os valores envolvidos em ações fiscais e previdenciárias de perda possível tem seu risco total estimado em R\$ 6.423 (R\$ 6.225 em dezembro de 2017). A principal refere-se à discussão do INSS sobre participação nos lucros e resultados da Companhia.

(c) PROVISÃO PARA PROCESSOS E CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS

A Companhia é parte em ações de natureza trabalhista. Os pedidos mais frequentes referem-se a horas extras, reflexo das horas extras, verbas rescisórias, equiparação salarial e descontos indevidos. A probabilidade desses processos judiciais está classificada como perda provável. O prazo médio para o desfecho das ações trabalhistas na Companhia é de 30 meses.

Adicionalmente às provisões registradas existem passivos contingentes, com os mesmos tipos de pedidos das ações provisionadas, no montante de R\$ 43 (R\$ 41 em dezembro de 2017) para os quais, com base na avaliação dos advogados da Companhia (perda possível), não há constituição de provisão. Apesar das incertezas envolvidas na determinação dessas obrigações, a Administração não espera que haja efeitos significativos no resultado da Companhia pelo desfecho destas ações.

(d) PROVISÃO PARA PROCESSOS E CONTINGÊNCIAS CÍVEIS

A Companhia é parte integrante em processos de natureza cível. Os pedidos mais frequentes referem-se a danos morais, materiais, corporais e sucumbência. A probabilidade desses processos judiciais está classificada como perda provável. O prazo médio para o desfecho das ações cíveis na Companhia é de 24 meses.

Adicionalmente às provisões registradas existem outros passivos contingentes, não registradas contabilmente, no montante em riscos de R\$ 36.936 (R\$ 22.856 em dezembro de 2017) para os quais, com base na avaliação dos advogados da Companhia, as perdas são consideradas possíveis, não havendo constituição de provisão para esses processos. Apesar das incertezas envolvidas na determinação dessas obrigações, a Administração não espera que haja efeitos significados no resultado da Companhia pelo desfecho destas ações.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) CAPITAL SOCIAL

Em 30 de junho de 2018 o capital social subscrito e integralizado era de R\$ 507.475, dividido em 1.434 (mil quatrocentos e trinta e quatro unidades) ações ordinárias nominativas escriturais e sem valor nominal.

Foi aprovado pela Portaria SUSEP/DIORG nº 813, de 12 de março de 2018 o aumento do capital social em R\$ 21.199 elevando o capital de R\$ 486.276 para R\$ 507.475.

(b) AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Os ajustes de avaliação patrimonial da Companhia referem-se, principalmente, a variação do valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda, líquidos dos efeitos tributários (vide nota explicativa nº 7.1.2).

(c) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da Lei. O pagamento de Juros sobre o Capital Próprio (JCP), líquido dos efeitos tributários, é imputado aos dividendos mínimos obrigatórios. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Em 19 de abril de 2018, a Companhia efetuou distribuição de dividendos intermediários aos acionistas no montante de R\$ 190.000, mediante utilização de Reservas Estatutárias e lucros do semestre corrente.

Em 27 de junho de 2018, a Companhia efetuou o pagamento de Juros sobre Capital Próprio no montante de R\$ 18.245, mediante utilização de lucros do semestre corrente.

(d) DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO (PLA) E CAPITAL MÍNIMO REQUERIDO (CMR)

	Junho de 2018	Dezembro de 2017
Patrimônio líquido	642.064	754.174
Participação em sociedades	(330)	(351)
Despesas antecipadas	(2.249)	(1.919)
Ativos intangíveis	(14.784)	(13.571)
Superávit TAP (i)	11.200	7.209
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	635.901	745.542
Capital base (I)	15.000	15.000
Capital de risco de subscrição	511.080	482.802
Capital de risco de crédito	14.311	21.731
Capital de risco de mercado (ii)	38.916	25.801
Capital de risco operacional	18.622	17.912
Efeito da correlação entre os capitais de risco	(34.723)	(29.100)
Total de capital de risco (II)	548.206	519.146
Capital mínimo requerido (maior entre I e II)	548.206	519.146
Suficiência de capital	87.695	226.396

(i) A Resolução CNSP nº 343/16 institui este e outros ajuste associados à variação dos valores econômicos ao PLA.

(ii) A partir de 31 de dezembro de 2016, de acordo com a Resolução CNSP nº 321/15, fica exigida a constituição de 50% do valor apurado para o capital de risco baseado no risco de mercado e integralmente a partir de 31 de dezembro de 2017.

20. PRÊMIOS, SINISTRALIDADE E COMISSIONAMENTO

	Junho de 2018			
	Prêmios emitidos	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade (%)	Índice de comissionamento (%)
Automóveis	1.046.030	968.796	52,4	21,9
Resp. Civil Facultativa - RCF	290.104	278.179	60,5	17,4
DPVAT	33.190	31.657	84,9	1,3
Assistência e outras coberturas auto	140.953	130.680	76,9	18,2
Demais Ramos	529	612	10,4	43,4
	1.510.806	1.409.925	56,9	20,2

	Junho de 2017			
	Prêmios emitidos	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade (%)	Índice de comissionamento (%)
Automóveis	911.726	904.866	60,5	19,4
Resp. Civil Facultativa - RCF	267.068	268.000	68,0	17,5
DPVAT	42.165	41.394	85,7	1,2
Assistência e outras coberturas auto	112.910	76.541	93,4	18,2
Demais Ramos	13.262	13.224	11,0	19,5
	1.347.131	1.304.025	64,3	18,4

21. VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS DE PRÊMIOS

	Junho de 2018		Junho de 2017	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos	(97.559)	(97.559)	(44.415)	(44.415)
Provisão de riscos não expirados	(1.789)	(1.789)	2.080	2.080
Outras provisões	(1.533)	(1.533)	(771)	(771)
	(100.881)	(100.881)	(43.106)	(43.106)

22. SINISTROS OCORRIDOS

	<u>Junho de 2018</u>	<u>Junho de 2017</u>
Sinistros avisados - ADM	(801.167)	(833.710)
Assistência	(100.585)	(71.458)
Sinistros avisados - JUD	(9.118)	(18.336)
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(4.621)	(16.102)
Salvados	140.729	130.545
Ressarcimentos	9.348	9.149
Outras despesas com sinistros	(38.066)	(38.166)
	<u>(803.480)</u>	<u>(838.078)</u>

23. CUSTOS DE AQUISIÇÃO (*)

	<u>Junho de 2018</u>	<u>Junho de 2017</u>
Comissões sobre prêmios retidos	251.643	224.016
Outras despesas de comercialização	43.931	17.130
Variação das despesas de comercialização diferidas	(10.670)	(1.736)
	<u>284.904</u>	<u>239.410</u>

(*) Inclui a amortização dos custos de aquisição diferidos (vide nota explicativa nº 12) e as despesas de comercialização não diferidas.

24. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	<u>Junho de 2018</u>	<u>Junho de 2017</u>
Receitas com operações de seguros	4.021	2.928
Receitas - DPVAT	1.841	712
Total de outras receitas	<u>5.862</u>	<u>3.640</u>
Despesas com sistema de riscos	(23.363)	(15.573)
Despesas com serviços de assistência	(18.604)	(19.519)
Despesas com cobrança	(10.088)	(7.765)
Convênio DPVAT	(3.760)	(4.452)
Despesas com encargos sociais	(3.224)	(3.280)
Despesas com administração de apólices e contratos	(27)	(12.189)
Outras	(4.915)	(4.385)
Total de outras despesas	<u>(63.981)</u>	<u>(67.163)</u>
Outras receitas e despesas operacionais	<u>(58.119)</u>	<u>(63.523)</u>

25. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	<u>Junho de 2018</u>	<u>Junho de 2017</u>
Despesas compartilhadas (*)	(78.518)	(86.770)
Pessoal e benefícios pós-emprego	(25.296)	(26.000)
Serviços de terceiros	(12.800)	(12.786)
Localização e funcionamento	(11.503)	(10.432)
Convênio DPVAT	(2.414)	(2.054)
Donativos e contribuições	(1.665)	(1.094)
Publicidade	(426)	(588)
Outras	(79)	(78)
	<u>(132.701)</u>	<u>(139.802)</u>

(*) Referem-se a rateio e repasse de gastos com recursos de uso comum pelas empresas do grupo Porto Seguro (vide nota explicativa nº 28).

26. DESPESAS COM TRIBUTOS

	<u>Junho de 2018</u>	<u>Junho de 2017</u>
COFINS	(27.628)	(23.410)
PIS	(4.489)	(3.804)
Outras	(2.105)	(2.065)
	<u>(34.222)</u>	<u>(29.279)</u>

27. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>Junho de 2018</u>	<u>Junho de 2017</u>
Juros de títulos disponíveis para a venda	36.817	27.581
Adicional de fracionamento de prêmios	36.496	33.938
Ganhos na valorização e juros de títulos para negociação	28.617	47.295
Atualizações monetárias dos depósitos judiciais	1.448	3.061
Outras	1.194	2.963
Total de receitas financeiras	<u>104.572</u>	<u>114.838</u>
Atualização monetária e juros de movimentação do passivo de contratos de seguro	(11.086)	(10.564)
Atualizações monetárias de encargos sobre tributos a longo prazo	(1.416)	(3.177)
Outras	(678)	(1.414)
Total de despesas financeiras	<u>(13.180)</u>	<u>(15.155)</u>
Resultado financeiro	<u>91.392</u>	<u>99.683</u>

28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, vigentes nas respectivas datas. As principais transações são:

- (i) Despesas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de pessoal para Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais;
- (ii) Prestação de serviços de "Call Center" contratados da Porto Atendimento;
- (iii) Prestação de serviços de monitoramento efetuado pela Proteção e Monitoramento.

Os saldos a receber e a pagar por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	<u>Junho de 2018</u>	<u>Dezembro de 2017</u>
Passivo		
Porto Seguro Cia. De Seguros Gerais	21.361	22.595
	<u><u>21.361</u></u>	<u><u>22.595</u></u>

	<u>Receitas</u>		<u>Despesas</u>	
	<u>Junho de 2018</u>	<u>Junho de 2017</u>	<u>Junho de 2018</u>	<u>Junho de 2017</u>
Demonstração do resultado				
Porto Seguro Cia. De Seguros Gerais	1.375	1.375	(132.873)	(126.445)
Porto Atendimento	-	-	(5.567)	(6.049)
Proteção e Monitoramento	-	-	(18)	(6)
	<u><u>1.375</u></u>	<u><u>1.375</u></u>	<u><u>(138.458)</u></u>	<u><u>(132.500)</u></u>

28.1 TRANSAÇÕES COM PESSOAL-CHAVE

As transações com pessoal-chave da administração, referem-se aos valores reconhecidos no resultado do período, conforme demonstrado a seguir:

	<u>Junho de 2018</u>	<u>Junho de 2017</u>
Participação nos lucros - administradores	10.791	3.302
Honorários de diretoria e encargos	394	980
	<u><u>11.185</u></u>	<u><u>4.282</u></u>

29. OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) COMITÊ DE AUDITORIA

O Relatório do Comitê de Auditoria foi publicado em conjunto com as demonstrações financeiras de 30 de junho de 2018 da Porto Seguro S.A.. A atuação do Comitê de Auditoria da Companhia abrange todas as sociedades do grupo Porto Seguro, sendo exercida a partir da Porto Seguro S.A., companhia aberta, detentora do controle das sociedades que integram o grupo.

(b) PAGAMENTO DE DIVIDENDOS INTERMEDIÁRIOS

Em 31 de julho de 2018, foi debitado financeiramente o valor de R\$ 70.000 da conta corrente da Companhia referente ao pagamento de dividendos intermediários conforme ARD de 31 de julho de 2018 para os acionistas Porto Seguro S.A., R\$ 48.424 e Porto Seguro Cia., R\$ 21.576.

(c) COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA (*)

Azul Companhia de Seguros Gerais	Participação
Porto Seguro S.A.	69,2%
Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais	30,8%
Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais	Participação
Porto Seguro S.A.	100,0%
Porto Seguro S.A.	Participação
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	70,8%
Ações em circulação	29,2%
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	Participação
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	41,1%
Itauseg Participações S.A.	23,1%
Itaú Unibanco S.A.	19,1%
Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	15,8%
Jayme Brasil Garfinkel	0,2%
Outros	0,8%
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	Participação
Jayme Brasil Garfinkel	32,9%
Cleusa Campos Garfinkel	30,5%
Ana Luiza Campos Garfinkel	18,3%
Bruno Campos Garfinkel	18,3%
Roseg Empreendimentos e Participações S.A.	Participação
Jayme Brasil Garfinkel	100,0%
Itauseg Participações S.A.	Participação
Banco Itaucard S.A.	31,2%
Itaú Unibanco S.A.	57,8%
Banco Itaú BBA S.A.	10,9%
Itaú Unibanco S.A.	Participação
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Banco Itaucard S.A.	Participação
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Banco Itaú BBA S.A.	Participação
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Itaú Unibanco Holding S.A.	Participação
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	51,7%
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	39,2%
Outros	9,1%

(*) Participações nas ações ordinárias.

MEMBROS DA DIRETORIA

Roberto de Souza Santos	Diretor Presidente
Marcelo Barroso Picanço	Diretor Geral – Negócios e Investimentos
Celso Damadi	Diretor Geral – Financeiro e Controladoria
Lene Araújo de Lima	Diretor Geral – Suporte e Governança
José Rivaldo Leite da Silva	Diretor Geral – Corretores de Seguros e Vendas On-Line
Lauriberto Tadeu Tavares	Diretor de Sinistro Automóvel
Fabio Ohara Morita	Diretor Técnico
Luiz Felipe Milagres Guimarães	Diretor de Produto – Automóvel
Eva Vasquez Montenegro Miguel	Diretora de Produção
Claudia de Oliveira Machado Mattedi	Diretora Financeira, de Patrimônio e Suprimentos

Jorge de Oliveira Junior
Contador – CRC RJ 068029/O-9

Bráulio Felicíssimo de Melo
Atuário – MIBA nº 1588



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Azul Companhia de Seguros Gerais

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Azul Companhia de Seguros Gerais ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Azul Companhia de Seguros Gerais em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Azul Companhia de Seguros Gerais

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações



Azul Companhia de Seguros Gerais

financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 27 de agosto de 2018

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Eduardo Sá da Matta
Contador CRC 1SP216397/O-5